

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA

Entre:

Alfredo João Serafim Unipessoal, Lda., NIF 513063595, sediada na Avenida do Valverde, 9, R/C, Loja, 2050-395 Azambuja Portugal, representada pelo sócio gerente Alfredo João dos Santos Pereira Serafim, portador do cartão do cidadão n.º 12620457 e com o número de identificação fiscal 233100016, adiante designado por **DONO DE OBRA**

e

DJD Construções, Lda., NIF 514094150, com sede R CONDE CASTELO MELHOR 407D LARANJEIRO 2810-195 ALMADA, neste contrato representado pelo Sócio David Alqueidão portador do cartão do cidadão n.º 219930074 e do sócio gerente Evandson Júnior portador do título de residência n.º 2B00Z8757 / 405676 com poderes para o efeito, adiante designado por **EMPREITEIRO**

CONSIDERANDO QUE

O **EMPREITEIRO** é titular do Alvará 83313, Classe 2.

É celebrado o presente contrato de empreitada que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJECTO DO CONTRATO

1. Pelo presente contrato o **DONO DE OBRA** adjudica ao **EMPREITEIRO**, que aceita, a realização, de acordo com a regulamentação técnica em vigor e as regras da arte, dos trabalhos discriminados na proposta n.º 245 – a qual se encontra em anexo a esta proposta - e destinados à execução da obra.
2. As comunicações entre **EMPREITEIRO** e o **DONO DE OBRA** far-se-ão sempre por escrito para os seguintes endereços:

DONO DE OBRA

Denominação: Alfredo João Serafim unipessoal, Lda, NIF 513063595, representada pelo sócio gerente Alfredo João dos Santos Pereira Serafim
Morada: Avenida do Valverde, 9, R/C, Loja, 2050-395 Azambuja Portugal
Email: bruno.costa@house360.pt

EMPREITEIRO

Denominação DJD CONSTRUÇÕES LDA
Morada : R CONDE CASTELO MELHOR 407D LARANJEIRO 2810-195 ALMADA
Email: david.alqueidao@sapo.pt

CLÁUSULA SEGUNDA

VALOR DO CONTRATO

O preço total devido pela execução dos trabalhos objecto da presente empreitada é €12.656,70 IVA incluindo.

CLÁUSULA TERCEIRA

FORMA E PRAZOS DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos devidos ao **EMPREITEIRO** serão feitos por fases e de acordo com a seguinte descrição:
40% - Adjudicação e assinatura do contrato – 5.062,68 €
40% - na conclusão de 50% dos trabalhos - 5.062,68 €
20% - Conclusão de trabalhos – 2.531,34 €
2. No caso de os pagamentos não respeitarem o prazo indicado no número anterior, terá o **EMPREITEIRO** direito a ser pago pelas quantias devidas acrescidas de juros de mora à taxa legal em vigor.
3. Caso se verifique atraso de pagamento de qualquer uma das prestações, o **EMPREITEIRO** pode suspender de imediato os trabalhos, bastando para o efeito comunicar ao **DONO DE OBRA** a suspensão, reiniciando-se no dia seguinte ao do pagamento da prestação em atraso.
3. Os pagamentos poderão ser realizados por transferência bancária para o IBAN PT50 003503860001807823009

CLÁUSULA QUARTA
PRAZO DE EXECUÇÃO

1. O **EMPREITEIRO** compromete-se a realizar os trabalhos no prazo de 6 semanas contados de forma contínua, incluindo sábados, domingos e feriados, com início no dia 09 de Dezembro de 2016, podendo o mesmo ficar concluído antes do prazo previsto tendo o **Dono de Obra** que ter acautelado os pagamentos caso o prazo de obra seja antecipado.
2. Em caso de suspensão dos trabalhos previstos neste contrato, o prazo prorroga-se pelo dobro do tempo da suspensão provocado pela falta de pagamento.
3. O **DONO DE OBRA** obriga-se a garantir ao **EMPREITEIRO** e seus trabalhadores, o acesso à obra a qualquer dia da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.
4. O **DONO DE OBRA** obriga-se a garantir ao **EMPREITEIRO** a entrega em obra atempada de todos os materiais e equipamentos fornecidos pelo mesmo, por forma a não provocar atrasos de obra e de acordo com mapa de obra.

CLÁUSULA QUINTA
OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

1. O **EMPREITEIRO** compromete-se a dar cumprimento à regulamentação em vigor em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, designadamente às obrigações decorrentes do Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil, aprovado pelo Decreto nº 41821, de 11 de Agosto, e da Portaria nº 101/96, de 3 de Abril, sobre as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis, bem como às obrigações gerais e especiais referidas no artigo 22º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

CLÁUSULA SEXTA
REGISTO DE TRABALHADORES

1. O **EMPREITEIRO** tem de organizar um registo que inclua, em relação a cada subempreiteiro ou trabalhador independente por si contratados que trabalhem no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas, os seguintes elementos:
 - a) A identificação completa, residência ou sede e número fiscal de contribuinte;
 - b) O número do registo ou da autorização de industrial da construção civil, bem como de certificação exigida por lei para o exercício de outra actividade realizada no estaleiro;
 - c) A atividade a efetuar no estaleiro e a sua calendarização;
 - d) A cópia do contrato em execução do qual conste que exerce actividade no estaleiro, quando for celebrado por escrito;
 - e) O responsável do subempreiteiro no estaleiro.
2. O **EMPREITEIRO** tem de organizar um registo que inclua, em relação aos seus trabalhadores que trabalhem no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas, os seguintes elementos:
 - a) A identificação completa e residência habitual;
 - b) O número fiscal de contribuinte;
 - c) O número de beneficiário da segurança social;
 - d) A categoria profissional ou profissão;
 - e) As datas do início e do termo previsível do trabalho no estaleiro;
 - f) As apólices de seguros de acidentes de trabalho relativos a todos os trabalhadores que trabalhem no estaleiro e a trabalhadores independentes por si contratados, bem como os recibos correspondentes.

CLÁUSULA SÉTIMA
ELEMENTOS PARA ELABORAÇÃO DA COMPILAÇÃO TÉCNICA

1. Com a entrega da obra, o **EMPREITEIRO** fornecerá ao **DONO DE OBRA** os seguintes elementos necessários à elaboração da compilação técnica:

- Fichas técnicas de todos os materiais aplicados (quando aplicável)
- Referências de todos os materiais aplicados (cores e texturas)

CLÁUSULA OITAVA

MATERIAIS

1. Compete ao **EMPREITEIRO** fornecer todos os materiais e utensílios necessários à execução da presente empreitada, devendo os mesmos corresponder às características da obra e ser de boa qualidade.

CLÁUSULA NONA

REUNIÕES EM OBRA

1. O **EMPREITEIRO** e o **DONO DE OBRA** terão reuniões em obra com a periodicidade mínima semanal, para verificarem o andamento dos trabalhos, a qualidade dos materiais em dia e hora a combinar entre ambos.

CLÁUSULA DÉCIMA

GARANTIA DA OBRA

1. O prazo de garantia da obra é de cinco anos a contar da sua entrega ao **DONO DE OBRA**, sendo neste período o **EMPREITEIRO** responsável perante aquele ou terceiros adquirentes por danos resultantes da execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

ALTERAÇÕES AO OBJETO DO CONTRATO

1. Em tudo o que não estiver expressamente previsto neste contrato aplicar-se-ão as normas contidas nos artigos 1207º a 1230º do Código Civil.
2. Sendo necessário a realização de qualquer trabalho além dos contratados e constantes da proposta anexa, o **EMPREITEIRO** organiza nova proposta de orçamento que submeterá à apreciação do **DONO DE OBRA** e que dará lugar a aditamento ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

1. O **EMPREITEIRO** declara ser titular de Seguro de Responsabilidade Civil - apólice nº 203937300 – e de Seguros de Acidentes de Trabalho - apólice nº 203937758.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

TRIBUNAL COMPETENTE

1. Para conhecer de todas as questões emergentes deste contrato, designadamente as decorrentes da interpretação das suas cláusulas, ou da própria execução da obra, é competente o tribunal de LISBOA;
2. Para cumprimento da Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, informa-se que, em caso de litígio, o consumidor poderá recorrer aos seguintes centros de arbitragem: **CACCL – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa, Centro de Arbitragem da Propriedade e do Imobiliário da ESAI – Escola Superior de Atividades Imobiliárias**, que são entidades extrajudiciais competentes para a resolução alternativa de litígios de consumo.

Contactos

CACCL – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa – www.centroarbitragemlisboa.pt,
Rua dos Douradores, nº 116 - 2º 1100 - 207 Lisboa, Telefone: 218 80 70 30;

Centro de Arbitragem da Propriedade e do Imobiliário da ESAI – Escola Superior de Atividades Imobiliárias – www.tribunalarbitral.com.pt, Praça Eduardo Mondlane, 7 C
1950-104 Lisboa, Telefone: 218 367 010

EM ANEXO:

- Proposta nº 245
- Alvará
- Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil
- Apólice de Seguro de Acidentes de Trabalho

Assinaturas

DONO DE OBRA

EMPREITEIRO

Lisboa, 05 de Dezembro de 2016